

Felisbela Lopes - O campo da justiça tem um colossal problema de comunicação. Remete-se ao silêncio, quando se exige informação sobre determinado processo; fala, a partir de insondáveis e anónimos bastidores, quando não deveria haver ruído à volta daquilo que está a ser feito. Porque certas investigações em curso não podem ser exibidas em forma de notícia e muito menos em diretos televisivos. Aí, não há nada de substancial para ver. E, sobretudo, para saber.

Por estes dias, a justiça está no topo dos alinhamentos noticiosos. O caso Fizz, que envolve o ex-vice presidente angolano e um procurador português, encontra-se em julgamento; a Operação Lex constituiu agora mais de uma dezena de arguidos, entre os quais o presidente e vice-presidente do Benfica, estando no centro da atenção mediática um juiz suspeito de vender decisões judiciais ou a sua influência no desfecho de processos em mãos de colegas; e a especulação à volta de dois convites de futebol pedidos pelo ministro das Finanças continua a sua escalada em certos meios jornalísticos e em alguns contextos partidários, sem, no entanto, ainda ninguém ter percebido o que terá feito Mário Centeno para além de ter ido ver um jogo de futebol para um camarote ao qual se acede por convite e não por bilhete comprado previamente...

Encontrando-se em fases distintas e apresentando um grau de importância muitíssimo diferenciada, estes três casos são tratados com o mesmo destaque no espaço mediático. Em termos de agendamento noticioso, pouco importa que haja um julgamento, uma investigação em curso ou uma especulação. Todos os envolvidos tiveram já o seu julgamento na praça pública, que hoje se dimensiona em função da cobertura mediática que se promove. E isso é grave. Porque distorce a realidade e afunda-nos numa moribunda ideia em relação ao Estado de direito. Vejamos por partes.

De repente, o ministro das Finanças viu-se envolvido numa polémica que depressa saltou para o campo da justiça. Na sequência de um trivial pedido de dois convites para assistir a um jogo de futebol, Centeno foi alvo de persistentes notícias de que estaria a ser investigado por recebimento indevido de vantagens por parte do Benfica. E isso terá constado nos mandados de busca que inspetores da PJ e magistrados do DIAP levaram, na passada sexta-feira, ao Ministério das Finanças, algo amplamente divulgado pelos jornalistas, a partir de fontes não identificadas cuja proveniência talvez não fosse difícil identificar.

No caso da Operação Lex, os média, principalmente as televisões, envolveram-se na terça-feira numa azáfama para multiplicar pontos de reportagem. Casa do juiz Rui Rangel,

Estádio da Luz e escritórios de advogados deste processo foram cenários para vários diretos televisivos. Em alguns desses locais, os repórteres asseguravam existir ali buscas em curso. Houve até quem conseguisse filmar inspetores e o próprio juiz do Supremo Tribunal de Justiça e ex-procurador-geral da República Souto Moura que acompanhou uma dessas operações. Ora, quem avisou os jornalistas para estarem ali àquela hora? Para que servem esses diretos televisivos? Apenas para dar a ver uma justiça em cena, apresentada em forma de espetáculo, sem nada de substancial para fazer saber.

Quanto ao caso Fizz, o julgamento começou. E quando tudo se encaminha para o clímax do processo, parece que os jornalistas se desinteressaram deste dossier. Estranho, mas muito revelador das relações entre estes dois campos.

Tendo ritmos desencontrados, média e justiça parecem condenados a entenderem-se sob anonimato na fase do segredo processual e afastarem-se quando tudo se torna público. Isso deveria implicar uma profunda reflexão. Claro que há situações onde a noticiabilidade é indiscutível e o segredo de justiça questionável, mas existem também acontecimentos irrelevantes ou momentos da investigação que deveriam decorrer sem ruído e que adquirem uma assustadora dimensão mediática. Tal não acontece apenas porque os projetos editoriais valorizam determinados casos, mas porque há mãos escondidas atrás de arbustos para, furtivamente, passar certas informações aos jornalistas. São as chamadas fontes interessadas que a justiça deveria combater com determinação.

Felisbela Lopes | [Jornal de Notícias](#) | 02-02-2018